

Os partidos políticos da Palestina e a espera do Messias – Jesus Chama os discípulos e funda a Igreja

Pe. Douglas Pinheiros Lima

Licenciado em Filosofia pela UNIFAI e Bacharel em Teologia pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo. Pós-graduação em Doutrina Social da Igreja pela Faculdade Dehoniana de Taubaté, São Paulo. Professor de Teologia Sistemática na UNISAL, Campus Pio XI; leciona Ecumenismo, Diálogo inter-religioso, Ecclesiologia e escatologia. Padre da Diocese de Osasco-SP é pároco da paróquia Frei Galvão em Vargem Grande Paulista.

Este conteúdo tem como objetivo apresentar aos leitores a importância de conhecer a vida de Jesus Cristo para entender o caminho de conversão que todo cristão deve trilhar. Demonstrar os caminhos utilizados por Jesus para formar o novo povo de Deus a partir das esferas religiosas e políticas de Israel.

Exporemos a formação e a ideologia religiosa dos movimentos partidários que existiam no tempo de Jesus e, em seguida, faremos a relação do movimento de Jesus com estes outros que o circundavam.

Os textos redigidos pelos evangelistas traziam como pressuposto para seus destinatários uma série de conceitos religiosos e históricos que já não são tão óbvios para nós, tantos séculos depois. É comum que muitas pessoas digam não compreender certas páginas dos Evangelhos, sobretudo as que citam nomes de lugares, de grupos e de costumes diversos. Para as comunidades cristãs daquele período, todos os termos mencionados pelos evangelistas eram familiares, em virtude de estarem inseridos naquele contexto histórico, religioso e geográfico.

Para, então, compreendermos corretamente as intenções mais primordiais dos autores sagrados, convém um breve estudo da Palestina tal como era no tempo de Jesus, bem como uma explicação sobre alguns grupos existentes naquele período. Como em toda configuração religiosa do mundo, também naquele período existiam grupos surgidos a partir de concepções e interpretações das Escrituras ao longo da história, alguns deles até em oposição recíproca.

É exatamente no meio desses grupos que Jesus necessita se posicionar e anunciar o Evangelho. Também é segundo a sua própria teologia que cada um desses grupos receberá as palavras e atitudes de Jesus, interpretando-as segundo suas perspectivas religiosas e/ou políticas. Vale recordar que no mundo antigo não se via a realidade de forma compartimentada como nós a fazemos hoje. Quando analisamos uma civilização ou qualquer grupo social nos nossos estudos contemporâneos, temos a tendência a separar as suas experiências em categorias políticas, religiosas, culturais, etc.

Essa é a abordagem moderna que se faz no estudo dos povos. Mas, na prática, essa abordagem não é tão simplista e aplicável assim. Na vida de um povo como os hebreus, por exemplo, fica muito difícil especificar onde começa o religioso e termina o político e vice-versa. Portanto, os atos e as palavras de Jesus enquanto novidade de Deus para o seu povo enfrentaram esse contexto de conceitos miscigenados. Faz-se importante conhecer um pouco de cada um para que as páginas das Escrituras passem a nos dizer mais do que o que temos sido capazes de perceber com as nossas mentes modernas.

A PALESTINA NO TEMPO DE JESUS

O Império Romano

Para uma correta compreensão da Palestina no tempo de Jesus, é necessário considerar as diversas situações em que se encontrou este território, sobretudo a partir do domínio do Império Romano.

No primeiro século a.C. o domínio romano sobre a Palestina é marcado pela presença de facções e guerras civis. O quadro político era, portanto, conturbado e fragmentado. Quando da morte de Augusto, o império atingira sua maior extensão territorial, contendo uma população de aproximadamente 50 milhões.

A Palestina no Império Romano

O surgimento de Roma no cenário palestino é mencionado no livro dos Macabeus. Antíoco IV Epifânio (selêucida) iniciou uma política de helenização autoritária que atingiu também a Palestina judaica. Esta política ameaçava a sobrevivência de elementos essenciais à identidade do povo, como, por exemplo, a circuncisão. Isso gerou a revolta liderada por Judas Macabeu que contou com o apoio de Roma já por volta do ano 160 a.C., quando já começara sua expansão. Com o tempo, por meio de Pompeu, a Palestina foi anexada à província da Síria, e daí em diante foi submetida ao domínio romano, que emitiu diversos decretos em favor dos judeus.

O império era flexível com os judeus, reconhecendo seu culto como lícito. Com o tempo a monarquia asmoneia cai em virtude das diversas guerras civis entre César e Pompeu, e Herodes sobe ao poder. Tinha a antipatia dos judeus devido a seu tipo helenístico. Para tentar conquistá-los, embelezou o Templo de modo suntuoso. Roma mantinha-se no poder mediante o exercício dos procuradores, funcionários do imperador.

A economia da Palestina no século I

A economia da Palestina era baseada na agricultura, sobretudo no cultivo de cereais, legumes, vinhas, figueiras, oliveiras e outros. A pecuária era orientada para o corte, e o comércio de metais e artesanatos era feito em grande escala. A geografia da Palestina era acidentada, com desigual distribuição pluvial.

Embora os judeus tivessem a ideia de que a terra era propriedade de Deus, sua distribuição entre as diversas classes não correspondia a tal crença. A indústria era pautada na pesca, na construção e no artesanato, além do uso do couro das vítimas do Templo. A cerâmica e o betume eram igualmente comercializados. O comércio era majoritariamente exterior.

As instituições religiosas

O Templo era o centro de todas as atividades de Israel, religiosas ou não. A radicação e transmissão da fé judaica era uma responsabilidade da sinagoga. Orientada para o Templo, exercia o ofício do ensino e do culto, sobretudo para os judeus residentes longe do Templo (os chamados “judeus da diáspora”). O eixo festivo pautava-se na Páscoa, no Pentecostes e na Festa dos Tabernáculos, entre outras festas, além da observância do sábado.

A lei civil dos judeus não era outra senão a própria Torá, o que fazia de seus guardiões homens de sumo prestígio e importância. O Sinédrio era a corte suprema de Israel, criado no tempo de João Hircano e composto por 71 membros. Julgava delitos contra a Lei, fixava a doutrina e controlava a vida religiosa.

A sociedade judaica

O clero era basicamente composto pelo sumo sacerdote, ajudado em suas funções por certo número de funcionários chamados “chefes dos sacerdotes”, e pelos sacerdotes, que somavam cerca de sete mil. Salvo o sumo sacerdote com sua família, este clero era pobre. Necessitava exercer algum ofício para sobreviver, pois o que ganhava com os sacrifícios e dízimos era insuficiente. Também havia dois grupos de levitas: os músicos e os porteiros. Estes últimos mantinham a limpeza do Templo.

Os anciãos eram a aristocracia de Israel, muito rica e proprietária de terras. A classe média era composta por comerciantes e artesãos. O

povo comum era basicamente composto por pequenos proprietários agrícolas, artesãos autônomos (que não trabalhavam para o Templo), curtidores (mal cheirosos), tecelões (mentirosos), pastores (ladrões), médicos, operários e diaristas. Havia ainda a classe dos miseráveis, composta pelos mendigos, pelos leprosos e pelos escravos (judeus ou pagãos). Os escribas eram os especialistas na Lei, pouco numerosos, mas de grande peso social.

A mulher dependia totalmente do seu marido e só devia aprender o necessário para a educação religiosa dos filhos e a execução dos afazeres domésticos. Durante os primeiros anos, era a mãe quem cuidava da criança. Aos 4 anos o menino passava para os cuidados do pai e estudava o máximo possível da Lei e mais algum ofício. A menina aprendia apenas os preceitos negativos. Aos 12 anos, o menino tornava-se maior e era obrigado a observar a Lei. Devia ajuntar o necessário para abrigar mulher e filhos.

O noivado era um ato que já unia oficialmente os futuros esposos e suas famílias. Durava o tempo necessário para que a menina se tornasse fisiologicamente mulher. Não havia cerimônia religiosa para o casamento, mas apenas uma bênção pronunciada pelo pai da noiva. A mulher só poderia encontrar autonomia em caso de viuvez ou de divórcio.

Os grupos político-religiosos

A origem dos fariseus, saduceus, essênios e zelotes remonta à revolta dos Macabeus.

Os **saduceus** consideram-se descendentes do sacerdócio legítimo de Sadoc. Apegados à Torá, rejeitavam os Escritos (livros dos profetas). Negavam a ressurreição e criam numa retribuição imediata de Deus ainda nesta vida. O nome procede justamente de Sadoc, hierarca da família sacerdotal dos filhos deste sacerdote, que segundo o programa ideal da constituição do profeta Ezequiel devia ser a única família a exercer o sacerdócio na nova Judeia após o exílio da

Babilônia. De modo que dizer saduceus era como dizer “pertencentes ao partido da estirpe sacerdotal dominante”.

Diferiam dos fariseus por não aceitarem a tradição oral. Na realidade, parece que a controvérsia entre eles foi uma continuação dessa hostilidade que havia começado no templo dos macabeus, entre os helenizantes (a favor de se assimilarem costumes gregos) e os ortodoxos. Com efeito, os saduceus, pertencendo à classe dominante, tendo contato com ambientes helenizados, estavam inclinados a algumas modificações ou helenizações. O conflito entre estes dois partidos foi a causa do desastre dos últimos anos da Jerusalém judia pelo ano 70. Com a destruição do Templo neste referido ano, o grupo foi extinto. Não havendo mais Templo, já não havia também sentido para a existência de um grupo de sacerdotes, pois já não havia local para o culto.

Os **zelotes** reprimiam violentamente grupos ou pessoas que se desviavam da Lei ou que não a viviam ao modo ortodoxo. Para tanto, usavam de conflitos armados à espada e punhais. Por isso eram chamados também de sicários (de sicar, que significa punhal). O grupo foi estabelecido por Judas, o galileu (que nada tem que ver com os citados apóstolos de Jesus que têm o mesmo nome, embora se diga que o Iscariotes pertencesse a este grupo).

Judas Galileu liderou uma revolta contra a dominação Romana no ano 6 d.C., rejeitando o pagamento de tributo pelos israelitas a um imperador pagão, sob a alegação de que tal ato era uma traição a Deus, o verdadeiro rei de Israel. Foram denominados zelotes por seguirem o exemplo de Matatias, seus filhos e seguidores, que externaram o seu zelo pela lei de Deus quando Antíoco IV Epifânio tentou suprimir a religião judaica, bem como o exemplo de Fineias, que também demonstrou o seu zelo no deserto, durante uma época de apostasia (cf. I Mac 1ss).

Os **fariseus** eram bem-vistos pelo povo e eram conhecidos por sua piedade e sua observância da Lei. A profundidade deste grupo no meio judaico permitiu-lhes a sobrevivência após a catástrofe do ano 70. A origem deste movimento está na classe trabalhadora. Seu surgimento provém dos “piedosos” que pertenciam à luta armada de Judas Macabeu.

Eles provinham na época de Jesus das camadas sociais dos artesãos, pequenos comerciantes e gente pertencente à classe média.

Tinham características nacionalistas e odiavam os estrangeiros. Na época de Jesus eram moderados e aceitavam a política da convivência imposta pelos conquistadores romanos. Na Judeia eles faziam a política dos sacerdotes de Jerusalém e das classes ricas de Jerusalém.

Alimentavam o ideal de expulsão dos estrangeiros, que queriam acabar com a religião e com a cultura judaica. Organizaram as Sinagogas depois da destruição do Templo (70 D.C.) e passaram ter grande poder. Por causa da conduta moral, eram respeitados pelo povo. Conheciam e estudavam a lei, os mandamentos de Moisés. Quanto à doutrina, acreditavam na ressurreição; Deus interviria e salvaria Israel; o Messias expulsaria os romanos; preparavam o dia de Javé com orações e jejuns.

Os **essênios** eram um grupo fechado, apartado do Templo e dos sacrifícios rituais. Visavam à santidade de vida em detrimento dos holocaustos e ofertas cultuais.

Havia outros grupos de menor peso religioso, como os **herodianos** e os **batistas**. Os **samaritanos** eram fiéis observadores da Lei, mas não reconheciam a legitimidade religiosa de Jerusalém e do Templo de Salomão, tendo como santuário o monte Gerizim, na cidade de Betel.

Por muito tempo só se soube deste grupo através de poucas linhas a eles referidas, escritas por Fílon de Alexandria, Flávio Josefo, Hipólito de Roma e alguns outros. Com as descobertas dos manuscritos de Khirbet Qumrã, porém, pode-se conhecer mais do essenismo. São poucos os que hesitam em afirmar que a comunidade que compusera estes manuscritos não tenham sido essênias. A leitura dos rolos encontrados nos 64 esconderijos de Qumrã foi de extrema dificuldade, pois estes eram todos de cobre já em estado avançado de oxidação. Foram descobertos em 1952, mas só puderam ser lidos quatro anos depois, após longo processo de recuperação.

Segundo Flávio Josefo, os essênios eram uma ramificação dos assídeos, existente no período de Jônatas Macabeu (175-152 a.C.). Muito

provavelmente viveram em diversos centros, entre os quais se cita o mosteiro em Qumrã, tomado à força pelos romanos no ano 68. Ali se vivia em regime de celibato, de vida em comunidade e de partilha absoluta dos bens. Eram governados por um sacerdote a que se dava o título de Inspetor, Instrutor ou Supervisor. Havia uma forma de noviciado de três anos para o ingresso no mosteiro, composto por uma série de ritos, exames e compromissos graduais. Os referidos ritos consistiam em abluções, batismos, orações e bênçãos. Esta era uma comunidade de resistência espiritual ao chamado “império de Belial”, associado ao período de impiedade que vigorava no séc. II a.C. O cotidiano da comunidade consistia na realização de cultos avessos aos sacrifícios do Templo, de refeições rituais e de trabalhos manuais.

Segundo os escritos de Qumrã, a forma como liam a Escritura era bem distinta daquela realizada por grupos como os fariseus e os saduceus. Priorizavam os Salmos, sobre os quais foram encontrados 31 manuscritos. Em seguida, valorizavam o Deuteronômio, Isaías, o Gênesis e o Êxodo, Daniel (classificado por eles como profeta), Ezequiel e Jeremias. Os livros de Samuel, de Jó, do Cântico dos Cânticos e de Tobias eram utilizados em menor proporção.

Além do grupo residente no mosteiro, havia essênios casados que viviam nas cidades e conservavam a posse de seus bens. Para esses se aplicava outra regra, o chamado “Documento de Damasco”, cujo cumprimento era fiscalizado por outro sacerdote, denominado “Mestre de Justiça”. O Documento de Damasco foi encontrado em uma sinagoga do Cairo antigo. Este grupo de essênios é ainda anterior ao grupo monástico. Eram aliados dos sadoquitas, herdeiros do resto de Israel regressado do exílio babilônico. Não apoiavam como legítimo o sacerdócio em vigor no Templo de Jerusalém. Consideravam tal sacerdócio impuro e atuando em datas festivas equivocadas, pois teriam usurpado indevidamente o sacerdócio que pertencia aos descendentes de Sadoc. Esta, conforme extenso consenso, foi a razão da separação dos essênios do judaísmo oficial. Quando apareciam no Templo, somente causavam escândalos. Exemplo é a ida de um certo

Judas que vai ao Templo para profetizar a morte de Antígono I por seu irmão Aristóbulo I em 103 a.C.

Seus escritos são profundamente permeados de uma fé apocalíptica, partilhada com o grupo dos zelotes, embora não se saiba se os essênios aprovavam as táticas destes. Possuíam um calendário próprio, contido na Regra, cujas festas não batiam com as datas oficiais do Templo e do Sinédrio. Compunham uma hinologia de alta beleza e diversas orações contidas no Livro das Luzes e na Regra dos cantos do Sábado. Neste primeiro se encontra também a cosmologia dos essênios, com descrições dos movimentos do sol e da lua originando um calendário de 364 dias.

Os essênios também aceitavam a angelologia contida no Livro das visões de Henoc, apócrifo corrente na Palestina. Além deste, havia ampla aceitação do Livro dos Jubileus. Sobre este foram encontrados doze manuscritos em Qumrã, com diversas considerações morais. Sobre o Messianismo, há algumas divergências. Na Regra da Comunidade eram esperados dois messias, um descendendo de Aarão e outro de Davi (um sacerdote e um rei). Já no Documento de Damasco (dos essênios das cidades), a expectativa messiânica tramitava em torno de uma única personagem que acumularia ambas as funções. Um de seus hinos fala do povo debaixo da figura de uma mulher grávida de um filho de Davi, na esteira de textos de Mq 5,2 e Is 9,5; 66,7.

Teologicamente o grupo de Qumrã não estava mais perto da Igreja dos primeiros séculos do que os fariseus, por exemplo. A visão escatológica da ressurreição fora amplamente tirada pelos primeiros cristãos do fato do Ressuscitado iluminado pelas premissas farisaicas, sobretudo nos textos paulinos; Paulo mesmo fora fariseu. Há, ademais, diversas aproximações teológicas entre as pregações cristãs e o essenismo. O anúncio de um futuro Reino de Deus dominando o império do demônio (Mt 12,22-28; Jo 12,31; 16,11), desenvolvendo-se sem violência (Mc 4,26-29), que se implanta pela conversão de um pequeno número (Lc 17,20-21). Também é semelhante aos essênios a organização de grupos em torno do simbólico número 12 (At 1,25),

o horror à mentira (At 2,44-45, 5,1-11), a instrução essênica sobre a organização eclesiástica (Mt 18,15-17), a regra imposta às mulheres em relação aos anjos (I Cor 11,10), a comunidade como templo espiritual em oposição ao Templo material de Jerusalém (Rm 12,1; 15,16; I Cor 16; Ef 2,20-22). Também, o governo das comunidades essênias era exercido por um grupo de doze, em referência às doze tribos de Israel, e sua mensagem de salvação pautava-se nas bem-aventuranças dos justos e na ideia de um novo céu e uma nova terra (a Nova Jerusalém).

Apesar das muitas semelhanças, as diferenças entre a comunidade cristã primitiva e os grupos essênios também eram relevantes. Como já dito, estes aguardavam, em sua maioria, a vinda de dois messias. Sua espiritualidade era de cunho esotérico e ritualista. Eram clericalistas e seguiam à risca o calendário oposto ao culto de Jerusalém, ao passo que vemos ainda no primeiro século os cristãos ligados ao Templo e às reuniões do judaísmo oficial. Há autores que afirmam a simpatia dos essênios pelo militarismo e pela violência, uma espécie de ódio aos pecadores, impuros e filhos das trevas, tal como o grupo dos zelotes e outros revolucionários.

Os **herodianos**, do grupo do Rei Herodes e talvez altos funcionários de sua casa, eram conservadores e favoráveis à presença dos romanos. Os herodianos eram os apoiadores dos Herodes (tanto Herodes Magno quanto o seu filho de mesmo nome), por motivo de interesses nacionalistas, a fim de impedir o governo romano direto, que era desprezado quase universalmente pelos judeus. Ordinariamente os herodianos reputavam (ou assim diziam) o sucessor dos Herodes como se fora o Messias. Procuravam conservar a política judaica (isso em acordo com os fariseus).

Não eram originariamente ortodoxos em suas crenças religiosas (e nisso concordavam com os saduceus). Os herodianos são mencionados como inimigos de Jesus, por uma vez, na Galileia; e, mais uma vez, em Jerusalém (Mar. 3:6; 12:13 e Mat. 22:16). Uniam-se aos fariseus no tocante à questão do pagamento de impostos a um governo estrangeiro, pagamento esse que, segundo a mentalidade judaica, era considerado ilegal.

Eram opositores fortes dos zelotes e perseguiram “agitadores políticos” na Galileia. Foram os responsáveis pelo assassinato de João Batista.

A identificação desse partido com o partido religioso que, na literatura rabínica, é chamado de os boethusianos, isto é, aderentes da família de Boethus, cuja filha, Mariamne, foi uma das esposas de Herodes, o Grande, e cujos filhos foram criados por ele visando ao sumo sacerdócio, atualmente não é bem aceita entre os eruditos.

Os herodianos, tanto quanto os fariseus, estariam ansiosos por livrar-se de Jesus, ainda que por motivos diferentes. Para eles, ele era um revolucionário político em potencial, que queria perturbar seus planos de restaurar a monarquia judaica. Os falsos líderes já não buscavam falsas acusações, mas agora planejavam a morte de Jesus, por meios legais ou ilegais. A opinião antiga de que os herodianos não queriam pagar impostos a Roma, ou se opunham a Jesus porque pensavam que Herodes, o Grande, fosse o Messias, provavelmente é incorreta.

Eram simplesmente políticos, que preferiam o governo romano indireto, através da dinastia herodiana, estando ansiosos por assumir algum poder dessa maneira. Jesus, pois, era obviamente perigoso para os planos deles.

A resistência judaica

Os judeus não admitiam o culto que se prestava ao imperador. Roma, diante disso, autorizava o sumo sacerdote a orar e a sacrificar “pelo imperador” em vez de invocar sua pessoa. De todo modo, a presença greco-romana em Israel era real, e recebida com hostilidade. O teatro era para os judeus uma manifestação de deboche, o ginásio um objeto de escândalo, e a arte grega não lhes interessava. A relação entre judeus e romanos era, portanto, muito conflituosa. Em 66, Eleazar, filho do sumo sacerdote, mandou suspender o sacrifício diário feito em honra ao imperador, o que significou explícita rebelião política contra Roma.

O partido que buscava conciliação entre Roma e Israel foi expulso de Jerusalém, e o sumo sacerdote foi assassinado, o que desencadeou uma revolta. Os cristãos teriam deixado Jerusalém neste contexto de conflito. Aliás, todos os grupos judaicos já vinham apresentando resistência aos cristãos de forma hostil, o que os vinha obrigando a abandonar Jerusalém por causa de sua fé em Jesus como o Messias. A primeira dispersão de cristãos se deu com o martírio de Estêvão, diácono de Jerusalém (At 8,1-8).

O imperador Vespasiano submeteu os territórios em torno de Jerusalém e esperou que os judeus se enfraquecessem por si mesmos. A cidade estava dividida em três facções desunidas. Com as divisões internas e com os romanos sitiados ao redor da cidade, a queda do Templo de Jerusalém foi inevitável. Por ocasião da invasão de Tito, tudo foi destruído pelas chamas, restando apenas algumas casas e a pequena igreja cristã do Monte Sião.

O relacionamento de Jesus com as tradições de Israel

Embora Jesus transite em meio a todos estes grupos, sua mensagem não se enquadra nem se restringe a nenhum deles. Ele não provém de nenhum grupo ou tendência determinada do judaísmo. Ele as conhece e se envolve com seus questionamentos, mas não se deixa dominar por nenhuma delas. Ele não é revolucionário político nem um homem da ordem estabelecida. Sua única postura partidariamente engajada é a defesa das pessoas frágeis, débeis, desprezadas e sem nenhuma oportunidade por serem, o mais das vezes, pecadoras públicas. No demais, ele se dirige a todos, independentemente de pertenças partidárias, e os chama à conversão.

O que se verifica é que Jesus entrelaça discursos e posturas dos diversos grupos, de modo que todos os grupos têm algo com que se identificarem com Jesus e, ao mesmo tempo, nenhum deles se identifica totalmente. Os Evangelhos demonstram como o grupo dos apóstolos e dos discípulos vai sendo tecido com membros subtraídos de

vários destes partidos e tradições de Israel. Levi, depois chamado de Mateus, era cobrador de impostos, e portanto um colaboracionista romano na linha dos herodianos (Mt 10,3). No mesmo grupo se encontra Simão, que veio do grupo dos zelotes (Mc 3,18). Como tal, opunha-se de morte aos colaboracionistas.

Este é um clássico exemplo de que o movimento iniciado por Jesus quebra todos os paradigmas já existentes, enquanto congrega e concilia pessoas até então apartadas umas das outras por suas convicções políticas e teológicas.

Jesus e os fariseus, escribas e doutores da Lei

Mesmo ao leitor mais desavisado, saltam aos olhos, num manuseio simples do Evangelho, as discussões entre Jesus e os fariseus, os escribas e os doutores da Lei. Este grupo de pessoas aparece nos Evangelhos numa luz mais negativa que talvez o tenha sido na realidade.

O grupo religioso dos fariseus dedicava-se seriamente ao estudo da Lei mosaica e das tradições orais dos antepassados, a que davam enorme autoridade. Defendia a observância rigorosa de uma interpretação estrita, sobretudo do sábado, da pureza ritual e dos dízimos. Os fariseus originaram-se dos hassideus, grupo mencionado em Macabeus.

Tanto o termo hassideu como o termo fariseu conotam a ideia de “os separados”, isto é, afastados da raia miúda. Além disso, constituíam-se juízes severos daqueles que não podiam observar a Lei ou não o queriam. Apesar dessa distância e do caráter de leigos, gozavam de autoridade junto ao povo por causa do conhecimento da Lei que possuíam. Os escribas também eram entendidos nas coisas da Lei.

Chamados doutores da Lei ou legisperitos (Lc 5,17; Mt 22,35), recebiam o título honorífico de Rabi, Mestre, Senhor, Professor. No judaísmo moderno, fala-se de rabino. Constituíram verdadeiro poder de guia espiritual do povo em Israel, paralelo ao poder sacerdotal. O silêncio do profetismo permitiu que eles crescessem em importância e assumissem a função de intérpretes oficiais da Escritura.

Antes de tudo, entre eles e Jesus havia uma comunhão profunda no respeito e veneração à Torá, à Lei de Moisés, que era a expressão inequívoca da vontade de Javé. O Evangelho de Mateus apresenta Jesus como realizador das profecias do Antigo Testamento. “Não penseis que vim ab-rogar a Lei ou os Profetas: não vim ab-rogar, mas cumprir” (Mt 5, 17). Tudo será cumprido até o menor dos pormenores. Grande será no Reino aquele que cumprir e ensinar até os mínimos mandamentos. Assim pensava todo fariseu.

Esta é a face de Jesus, observante, respeitador e anunciador da Lei. Deste lado, o partido dos fariseus e dos escribas deveria atrair ao Jesus religioso, piedoso, filho de Maria e educado na fé tradicional da Sinagoga de Nazaré. Várias vezes atribuíram-lhe o título de Rabi, Mestre.

No entanto, ele não se identificou com eles. Antes, chegaram a violenta ruptura, a ponto de os Evangelhos indicarem os fariseus como principais causadores da morte de Jesus (Mc 3,6; 14,64). E os escribas, como membros do Sinédrio, também participaram diretamente da condenação de Jesus.

Mas onde então estariam a diferença e a ruptura?

O mistério profundo da pessoa e da consciência de Jesus esbarra com a maneira como ele experimentava a Deus seu Pai. Sem dúvida, sem as mediações humanas da linguagem e da cultura recebida, ele não conseguiria exprimir-se a si mesmo esta consciência. Ora, a educação religiosa, que recebeu na sua infância, e sua experiência de Deus Pai permitiram a Jesus fazer-se uma ideia da Lei, das tradições dos antigos, da sua observância, enfim da vontade de Javé, tal que ele não reconheceu como autêntica a interpretação farisaica. Daí a ruptura.

Os pontos, que os Evangelhos apontam com maior clareza, referem-se à relação com os pecadores, com o povo, com as necessidades humanas. Em todos os momentos em que estava em questão uma interpretação rigorosa da Lei e uma necessidade humana fundamental, Jesus ficava com a última. Não tolerava que a Lei fosse entendida

à custa da vida, da saúde, da fome, do respeito ao pecador, do amor ao povo. Jesus tinha a experiência profunda de que a raiz da Lei é o Amor a Deus e ao irmão, e sobretudo àquele que é mais desprezado, marginalizado, necessitado. Nenhuma lei podia prevalecer contra a Lei maior do amor a Deus e ao irmão, numa unidade fundamental.

A mentalidade legalista do fariseu levou-o à destruição do veio vivo da relação com Deus e com os irmãos, ponto fulcral de toda religião. Jesus bebia sua pregação nas águas puras da revelação bíblica do amor do Pai. Portanto, o Reino de Deus não podia chegar pela implantação de uma interpretação e prática rigorosa, literal e formalista da Lei. Jesus afastou-se por isso desse partido. Esse grupo legalista anunciava o Reino da observância que excluía os pecadores. Jesus disse: Bem-aventurados os misericordiosos que sabem perdoar e acolher os pecadores. Aquele rigorismo gerou muita hipocrisia e fingimento. Jesus, por sua vez, proclamava: Bem-aventurados os puros, os simples, os transparentes de coração.

Jesus e os herodianos

O projeto herodiano do Reino talvez seja um dos mais distantes de Jesus. Nem chegou a questioná-lo. Os herodianos eram os cortesãos de Herodes Antipas, tetrarca da Galileia e da Pereia (4 a.C.-39 d.C.). Homem sanguinário e frívolo que manda decapitar a João Batista para satisfazer o capricho ciumento e sádico de Herodíades quando da dança de Salomé (Mt 14,1-12). Além disso, sem seu apoio o processo contra Jesus não poderia ter sido levado a cabo.

Os Evangelhos revelam uma dupla atitude dele a respeito de Jesus. De um lado, hostilidade a ponto de querer eliminá-lo (Lc 13,31) e curiosidade supersticiosa, julgando-o João Batista ressuscitado (Mc 6, 16), querendo divertir-se com ações suas milagrosas (Lc 23, 4-12).

Poderiam homens da corte de tal soberano propor algo para o povo afora a subserviência a um monarca, por sua vez, subserviente de Roma? Os herodianos não aparecem no Evangelho a não ser simplesmente

conspirando a morte de Jesus juntamente com os fariseus (Mc 3,6). É o poder na sua face mais degradante. A única proposta que poderiam fazer a Jesus era a de livrá-lo da morte à custa de um gesto cortês. Jesus, diante de tanta futilidade, simplesmente se calou, merecendo em troca as galhofas de Herodes e de toda a sua corte (Lc 23,11).

Jesus, os saduceus e os sacerdotes

Os saduceus, originários da aristocracia sacerdotal, presidiam à liturgia do Templo. Apesar de terem divergências teológicas com os fariseus, compartilhavam com eles uma posição conservadora e de observância literal da Lei. Rejeitavam qualquer inovação. Nesse sentido, eram mais conservadores que os fariseus, restringindo-se à Lei, e rejeitando as tradições dos antepassados, certas interpretações tradicionais e a evolução da Lei. Por outro lado, adotavam uma atitude mais livre e mundana tanto diante da cultura helenística como diante da dominação romana. Eram oportunistas e colaboracionistas com o poder romano.

Homens ligados à ordem política de arranjo, rejeitavam, por isso, qualquer messianismo, como perturbador da ordem. Exerciam influência no Sinédrio, detinham muito poder no judaísmo no tempo de Jesus. Nessa época, os Sumos Sacerdotes saíam do seu meio ou estavam ligados a eles. Foi o Sumo Sacerdote saduceu Caifás quem condenou Jesus à morte.

Com muito mais razão, Jesus afastou-se dos saduceus. Além do rigorismo literalista da Lei e do ritualismo, valiam-se do poder religioso, político e econômico para impor-se. Jesus assumiu uma posição diametralmente oposta, de despojamento e liberdade diante do poder.

Os saduceus pertenciam à elite sacerdotal. Propunham, portanto, um projeto do Reino bem balanceado entre o rigorismo religioso e o colaboracionismo político tolerante. No fundo, interessavam-lhes o poder e as riquezas. Jesus, por sua vez, anunciava um Reino em que os bem-aventurados eram os pobres, os famintos, os que choram.

O projeto dos saduceus e dos sacerdotes girava em torno do culto no Templo. Lugar da oração, mas também do poder econômico. Jesus, pelo contrário, diz à Samaritana: Vem a hora, mulher, isto é, chega o Reino de Deus, que não condiciona a adoração de Deus à Montanha de Garizim, como querem os samaritanos, nem ao Templo de Jerusalém, como ensinam os judeus. Agora o Pai procura adoradores em espírito e verdade (Jo 4, 23-24).

Jesus e os essênios

Os essênios levantavam outra bandeira. Esta, sim, teria força de atrair Jesus. Por isso, curiosos pesquisadores voltam, de tempos em tempos, a ventilar a questão de se Jesus ou, pelo menos, o Batista não teriam frequentado a associação religiosa dos essênios. Os documentos descobertos nas ruínas junto ao Mar morto, em Qumran, provocam sempre novas inquisições nessa direção. Então, que há nesse movimento dos santos, dos puros, dos piedosos que teria podido atrair Jesus ou o Batista?

Era uma espécie de vida monacal religiosa com tendências nitidamente ascéticas. De novo, encontramos o rigor da Lei. Davam enorme importância aos ritos de purificação a fim de viver como “os puros”. Nesse espírito de pureza, opunham-se ao sacerdócio oficial, considerado, por eles, como decadente.

Exerciam também forte influência sobre o povo pelo seu poder espiritual. Pensavam-se como filhos da luz em oposição aos filhos das trevas. A convicção era amar os primeiros, odiar os outros, entregando-os à culpa e à vingança de Iaweh. Ele, o Deus, vingador de Israel.

Afastavam-se do convívio das pessoas comuns e fechavam-se em comunidades religiosas em vida de pobreza e de celibato. Este isolamento e segregação do mundo, em busca do deserto, possuía sentido simbólico e escatológico. Revelava o que eles eram: os puros. Anunciava o que viria: o grande combate final, com a vitória dos filhos da luz e a

aniquilação definitiva do mal, com a restauração do mundo. Julgavam viver esta realidade escatológica e apocalíptica como algo próximo.

Resistiam ao processo de helenização, de mundanização e de colaboração com os romanos. Depois os romanos destruirão o mosteiro essênio de Qumran na guerra contra a Palestina. Jesus também anunciou como próxima a realidade escatológica do Reino (Mc 1, 15). Defendeu uma conversão profunda para entrar no Reino de Deus, comparada com o nascer de novo (Jo 3,3). Mas, do outro lado, Jesus afastou-se anos-luz dos essênios.

Deus é Pai e não vingador. É misericórdia, perdão, e não castigo. A luz e as trevas estão misturadas, como o trigo e o joio. Das trevas nasce a luz e vai vencendo-as ao longo do tempo. A vitória sobre o mal se faz pelo amor, pela graça, e não pela destruição dos pecadores. O pecador é convidado à conversão e não rejeitado. Antes, Jesus saiu-lhe ao encontro. A presença salvífica de Deus está em todas as partes.

O Verbo plantou sua tenda entre nós. Não se refugiou em nenhum rincão privilegiado. Está no meio dos pecadores, dos pobres, dos doentes, bem misturado com o povo. A prática de Jesus se distanciou radicalmente daquela atitude austera, ascética, rigorista, a ponto de ser caluniado como comilão e bebedor (Mt 11,18), já que aceitava os convites para comer na casa dos pecadores (Mt 9,11; Lc 15,2).

Jesus e os zelotes

Jesus era extremamente zeloso pela casa de Deus. Uma vez fez um chicote de cordas e pôs-se a expulsar os vendilhões do Templo (Jo 2,15). Os seus discípulos, admirados, recordaram a passagem do Salmo: “O zelo por tua casa me devora” (Sl 69,10). Cena que o aproximava dos zelotes. Além disso, Jesus fez gestos proféticos e invectivas fortes que encontravam ressonância no coração dos zelotes.

Não é em vão que alguns dos seus discípulos vieram desse grupo (Lc 6,15). Contudo, Jesus não se identificou com o projeto zelote do Reino de Deus. No zelo pela autonomia do povo judeu e do território

de Israel, os zelotes envolviam-se em ações violentas e armadas contra o poder romano. Por isso, serão perseguidos de morte.

Os zelotes concebiam o Reino como dominação terrena e política de Javé. Foi a tentação de Jesus na montanha. “Tudo isto te darei, se caíres de joelho e me adorares” (Mt 4,8). Não, Jesus não pensa e vivencia o Reino como domínio. É serviço. “O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir” (Mc 10,45). Jesus pensou num primeiro momento sua missão exclusivamente para Israel. “Fui enviado apenas às ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mt 15,24). Os zelotes defendiam um nacionalismo estrito. Parecia bater com esta afirmação de Jesus. No entanto, Jesus se abre e cura a filha da cananeia. Cura também o servo do centurião (Mt 8, 5-13). E depois a comunidade primitiva, que conviveu com ele, vai interpretá-lo numa linha universalista (Mc 16, 20).

As preocupações libertadoras e salvíficas de Jesus iam mais fundo que a simples emancipação do povo de Israel das garras romanas. Quando diante de Pilatos, na linguagem joanina, disse que seu Reino não era deste mundo (Jo 18,36), referia-se à sua última fonte, origem e sentido. Por isso, não se engajou em nenhuma luta zelote contra Roma, para que não se identificasse sua mensagem de salvação universal com um episódio político-histórico, por mais importante que fosse. Certamente não se opunha a que se lutasse pela libertação de sua pátria. Mas não era essa a sua missão. Não era esse o Reino que anunciava.

Jesus e o movimento de João Batista diante deste espectro de movimentos

Jesus encontrou um que se aproximava muito de sua compreensão do Reino. Era a pregação de João Batista com o rito do batismo. Num primeiro momento, associou-se a tal movimento. Dentro dele, iniciou sua pregação. Diferentemente de outros chefes de movimentos religiosos, Jesus reconheceu o valor e a santidade de João Batista. Teceu-lhe elogios. Chamou-o de mais que profeta, o mensageiro precursor, o maior entre os nascidos de mulher (Mt 11, 9-11).

Além da morte, separou Jesus de João Batista a concepção do Reino de Deus. A veemência e rudeza profética de João cedeu lugar à misericórdia paciente de Jesus. A imediatez da ação punitiva de Deus abriu espaço para uma delonga que o perdão ocupa. João Batista foi ele mesmo percebendo a diferença. Em dado momento, já dentro da prisão, veio-lhe a crise. Será mesmo que Jesus é o Enviado de que ele foi precursor? Pois está a revelar um Deus tão diferente! A solução é interpelá-lo.

E lá foram os discípulos de João perguntar a Jesus, sem rodeios, bem no estilo do Batista: “És tu aquele que há de vir, ou devemos esperar outro?” (Mt 11,3). Pergunta honesta, sincera. Jesus, de fato, não respondia à expectativa do juízo escatológico anunciado pelo Batista. Jesus, com imensa fineza, não respondeu diretamente. Sabendo ser o Batista conhecedor das Escrituras, acenou-lhe com a passagem nitidamente messiânica de Isaías (Is 61,1). E realizou, diante dos olhos dos enviados, os sinais previstos pelo profeta para o Messias. Estava clara a resposta de Jesus. João podia morrer em paz.

Na beleza da reflexão de Agostinho, João foi a voz passageira, Jesus a Palavra eterna desde o princípio. A voz vem de fora e desaparece. A Palavra já existia antes e continua depois que a voz se extingue. Assim João anunciou Jesus. Desapareceu ele e seu batismo. Jesus ficou até hoje conosco com o seu batismo. Desta sorte, Jesus entrou no movimento de João Batista. Levou-o à plenitude em sua pessoa, fazendo-o desaparecer. O movimento do Batista foi só preparação. Chegando a festa, a preparação cede lugar para a alegria e o gozo dos convivas. Fale o esposo, o amigo cala-se (Jo 3,29).

Bibliografia utilizada

SCHNEIDER, Theodor. *Manual de Dogmática*, v.I. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCHUBERT, Kurt. *Os Partidos Religiosos Hebraicos da Época Neotestamentária*. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

<http://jblibanio.org.br/>